



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS- CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EDELMARA SANTOS OLIVEIRA

A PRÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ESCOLAS PÚBLICAS DA
REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI

PICOS-PI
2014

EDELMARA SANTOS OLIVEIRA

**A PRÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ESCOLAS PÚBLICAS DA
REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, como requisito para a obtenção do grau de Graduada.

Orientador: Prof^a Me. Luisa Xavier de Oliveira

Eu, **Edelmara Santos Oliveira**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 07 de março de 2014.

Edelmara Santos Oliveira
Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

O48p Oliveira, Edelmara Santos.
A Prática de avaliação da aprendizagem em escolas públicas da rede municipal de Picos - PI / Edelmara Santos Oliveira. – 2013.

CD-ROM ; 4 ¼ pol. (58 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Profa. MSc. Luísa Xavier de Oliveira

1. Avaliação. 2. Escola Pública. 3. Instrumentos de Avaliação. I. Título.

CDD 371.26

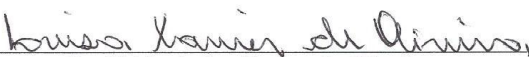
EDELMARA SANTOS OLIVEIRA

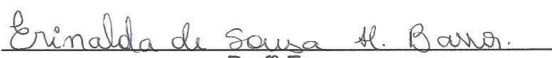
PRÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA DA
REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI

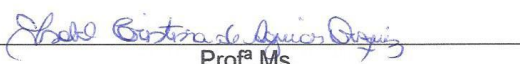
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito parcial para a obtenção do grau
de Graduada em Pedagogia.

Aprovada em: 11/02/14

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Me. Luisa Xavier de Oliveira
(orientadora)


Prof.^a Esp.
Erinalda de Sousa Hipolito Barros


Prof.^a Ms.
Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Dedico este trabalho primeiramente a Deus o qual me deu a sabedoria para poder concretizar esse trabalho. À minha orientadora Luísa Xavier, a alguns amigos, a todos que fizeram parte desta caminhada e de

AGRADECIMENTOS

Quero neste momento agradecer a Deus sempre em primeiro lugar, aos meus pais e meus familiares em geral cujas pessoas me apoiaram e me acompanharam desde o início até a conclusão do curso, aos professores do curso de Pedagogia e aos meus amigos

A avaliação é uma apresentação qualitativa, e por isto é importante à reflexão do professor para corrigir os rumos do processo de ensino e aprendizagem, entretanto, as provas escritas e outros instrumentos de verificação são meios necessários de obtenção de informação sobre o rendimento do ensino-aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido, além disso, uma verdade, que pode parecer contraditória nesse contexto, é que por mais que o professor se empenha na motivação interna conseguirá deles o desejo espontâneo, o aluno precisa de estimulação e é desafiado a fim de mobilizar suas energias físicas e intelectuais (GAMA, 1997 p. 39).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas de avaliação da aprendizagem realizadas na escola pública da rede municipal da cidade de Picos-PI. Essa pesquisa se justifica devido à necessidade de apresentar um trabalho onde possa conscientizar docentes, orientadores pedagógicos, supervisores escolares, diretores, enfim todos que fazem parte do processo avaliativo onde se possam tomar medidas de precaução para que não ocorra uma avaliação equivocada do educando, respeitando as características individuais, e a partir disso, decidir o tipo de apoio pedagógico a ser ofertado, tendo como objetivo interagir com as estratégias possíveis, intervindo no processo de aprendizagem provocando no aprendiz e no próprio professor diferentes graus de compreensão, levando a refletirem sobre seus entendimentos no diálogo educativo. Avaliar não constitui uma tarefa simples, mas necessária. Os professores necessitam preparar-se para transformar a avaliação escolar num instrumento que auxilie para a prática educativa na correção dos rumos e no replanejamento de suas aulas. A pesquisa questiona em quais momentos são priorizadas a avaliação somativa em detrimento das demais e quais os métodos e técnicas de avaliação utilizadas no contexto escolar da escola pesquisada? Como e de que forma ocorre? Trata-se de um trabalho bibliográfico, sendo este desenvolvido a partir de material já elaborado relacionado ao tema em estudo que teve como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e utilização das informações coletadas para o desempenho da pesquisa e uma pesquisa de campo. Sendo assim, é necessário que a avaliação nas escolas seja repensada e refletida para que possa contribuir de alguma forma a todos que fazem a comunidade escolar e órgãos afins, e o próprio professor se coloque numa nova visão e postura de mediador ou facilitador da aprendizagem do aluno, em que os conteúdos tenham significado.

Palavras-chaves: Avaliação. Escola Pública. Instrumentos de avaliação.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the general practices of learning evaluation carried out in the public school of the municipal of the city of Picos-PI. This research is justified because of the need to submit a job where I can educate teachers, pedagogical advisors, school supervisors, directors, anyway everyone who are part of the evaluation process where you can take precautions so there won't be a mistaken assessment of the learner, respecting the individual characteristics, and from there, decide what type of pedagogic support to be offered, aiming to interact with the possible strategies, intervened in the process of learning the apprentice and the teasing teacher different degrees of understanding, leading to reflect about their understandings in the educational dialogue. Evaluate is not a simple task, but necessary. Teachers need to prepare to transform the school assessment an instrument that helps to the educational practice in the correction of directions and in the redesign of their classes. The research questions in which moments are prioritized the summative evaluation to the detriment of the other and what methods and evaluation techniques used in the context of school school searched? How and in what form occurs? This is a bibliographic work, this being developed from already prepared material related to the topic under study which was based on fundamental driving the reader the particular subject and use of information collected for the performance of research and a field research. This study has as its universe of research the public schools in the city's municipal network of Picos-PI and how sample population the elementary students I from 1st to 5th grade. It is necessary that the assessment in schools be rethought and reflected so that it can contribute in some way to all who make the school community and related organs, and the professor himself put in a new vision and posture of a mediator or facilitator of student learning, in which the contents have meaning.

Keywords: evaluation. Public School. Evaluation instruments.

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2. Avaliação: alguns conceitos em questão	13
2.1 O papel do professor em avaliação	21
3. O ato de avaliar no cotidiano da sala de aula	26
3.1 Novos sentidos para a avaliação	27
3.2 A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) e a tônica da avaliação escolar	29
4. Metodologia da pesquisa	36
4.1 Análise e discussão dos questionários: os professores em foco	37
4.2 Análise e discussão dos questionários: os alunos em foco	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERENCIAS	52
APÊNDICE	54

1. Introdução

Devido às mudanças que vem ocorrendo na prática pedagógica, avaliar não se pode restringir aos julgamentos sobre sucessos ou fracassos do aluno, mas deve ser compreendida como um conjunto de atuação que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Deve adquirir caráter diagnóstico durante o processo de ensino aprendizagem, visando o pleno desenvolvimento do aluno.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas de avaliação da aprendizagem realizadas na escola pública da rede municipal da cidade de Picos-PI e como objetivos específicos: discutir as mudanças na concepção de avaliação no ensino educacional, definir os aspectos críticos desta avaliação e conhecer os seus métodos, uma vez que a mesma está presente na vida do aluno.

Trata-se de um trabalho bibliográfico, sendo este desenvolvido a partir de material já elaborado relacionado ao tema em estudo que teve como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e utilização das informações coletadas para o desempenho da pesquisa e uma pesquisa de campo.

Para a realização desta pesquisa levou-se em consideração os seguintes passos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre a temática sugerida para a pesquisa a partir do arquivo pessoal de artigos inseridos na base de dados da Scielo, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado, permitindo também, a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área em estudo (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO, 2008). A partir dos artigos encontrados foi realizada uma análise e interpretação do material bibliográfico permitindo a seleção daqueles pertinentes ao objetivo do trabalho.

Assim, este estudo tem como universo da pesquisa as escolas públicas da rede municipal da cidade de Picos-PI e como população amostral os alunos do ensino fundamental I do 1º ao 5º ano. Os sujeitos que compõem essa população amostral são de duas escolas localizadas na zona urbana da cidade nos bairros Pedrinhas e Pantanal.

Nesse sentido, essa pesquisa se justifica devido à necessidade de apresentar um trabalho onde possa conscientizar docentes, orientadores

pedagógicos, supervisores escolares, diretores, enfim todos que fazem parte do processo avaliativo onde se podem tomar medidas de precaução para que não ocorra uma avaliação equivocada do educando, respeitando as características individuais, e a partir disso, decidir o tipo de apoio pedagógico a ser ofertado, tendo como objetivo interagir com as estratégias possíveis, intervindo no processo de aprendizagem provocando no aprendiz e no próprio professor diferentes graus de compreensão, levando a refletirem sobre seus entendimentos no diálogo educativo.

Deste modo, percebe-se que a avaliação na escola possui significado muito diferente da avaliação do dia-a-dia. Na escola ela ocorre na grande maioria em um tempo programado (dia de prova), num espaço característico e artificial, sendo um momento estanque muitas vezes dissociado do processo de ensino-aprendizagem e orienta-se com o objetivo de penalizar quem não atingiu o padrão estabelecido.

Sabe-se que avaliar não constitui uma tarefa simples, mas necessária. Os professores necessitam preparar-se para transformar a avaliação escolar num instrumento que auxilie para a prática educativa na correção dos rumos e no replanejamento de suas aulas.

Neste sentido, a pesquisa questiona em quais momentos são priorizadas a avaliação somativa em detrimento das demais e quais os métodos e técnicas de avaliação utilizadas no contexto escolar da escola pesquisada? Como e de que forma ocorre?

Assim sendo, a discussão, no sentido de que se vem revestindo a avaliação escolar evidenciou as suas inadequações quando se tem como propósito a democratização da escola. Democratização que significa a garantia não só de acesso das crianças de origem popular às escolas públicas, mas também de permanência e aquisição de um conjunto básico de conhecimentos, como condição para a participação política e cultural.

Muito se tem escrito e falado sobre a avaliação da aprendizagem, que é um dos maiores desafios da prática pedagógica e um tema polêmico, por essa razão é o tema abordado neste trabalho na qual é muito discutida por autores como LUCKESI (2005), PERRENOUD (1999), HOFFMAN (2010), HAYDT (2008), MÉNDEZ (2002) dentre outros.

Este trabalho está constituído em cinco pontos, sendo o primeiro a introdução, traz o objetivo da pesquisa, sua relevância e problemática. No segundo ponto este estudo traz uma discussão acerca de alguns conceitos em questão que

diz respeito a avaliação, porque se percebe que, na prática a avaliação é definida ou passa pela ideia de julgamento, apreciação mensurável, no qual se emite um valor. No terceiro ponto apresenta uma discussão que se constrói acerca do ato de avaliar em sala de aula, numa explicação clara pelos teóricos que a avaliação fornece subsídios para que o professor possa refletir sua prática docente, serem instrumento de trabalho, os objetivos propostos, podendo rever suas prioridades e reorganizar suas metas e aborda ainda a LDB e a tônica que esta traz para a avaliação escolar. O quarto ponto traz a metodologia da pesquisa onde se realizou o estudo, destacando seu universo de pesquisa e seus sujeitos, bem como descrevendo os dados coletados por meio da aplicação de um questionário. O quinto e último ponto deste trabalho traz as considerações finais acerca da avaliação escolar seguido de suas referências bibliográficas.

2. Avaliação: alguns conceitos em questão

No dicionário Aurélio (2006, p. 37), avaliar significa: “determinar a valia ou valor de; apreciar ou estimar o merecimento de; fazer a apreciação; ajuizar. Medir significa: determinar ou verificar, tendo por base uma escala fixa, a extensão, medida ou grandeza de; comensurar; ser a medida de”.

O elemento chave da definição de avaliação implica em julgamento, apreciação, valoração e qualquer ato que implique em julgar, valorar, implicar que quem o pratica tenha uma norma ou padrão que permita atribuir um dos valores possíveis a essa realidade. Ainda que avaliar implique alguma espécie de medição, a avaliação é muito mais ampla que a medição ou a qualificação. Como afirma Zacharias (2005, p. 96) “a avaliação não é um processo parcial e nem linear. Ainda que se trate de um processo, está inserida em outro muito maior que é o processo ensino-aprendizagem e linear, porque deve ter reajustes permanente”.

Hoje predominam formas de avaliação que podem ser considerados como um instrumento de exclusão. Bem como, há uma cultura de mensuração que classifica e exclui o aluno, seleciona os melhores. O professor começa a excluir a partir do modo de organizar seu trabalho, visto que se baseia em um tipo de ensino, para o qual acredita que há um tipo de aprendizagem, e o aluno que não consegue se aproximar desse modelo é classificado e excluído do processo. Enfim, é uma visão classificatória, punitiva e coercitiva, sendo um instrumento de controle da conduta comportamental e cognitiva do aluno. É preciso criar uma cultura que de fato avalie (ZACHARIAS, 2005).

A atual prática da avaliação escolar determinou como função do ato de avaliar a classificação e, não o diagnóstico como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, “passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano num padrão definitivamente determinado” (LUCKESI, 1986, p. 28).

Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como: inferior, médio ou superior. Classificações estas que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas, em médias. Uma vez que, trabalha-se uma unidade de estudo, faz-se uma verificação do aprendido, atribuem-se conceitos

ou notas aos resultados (manifestação supostamente relevante do aprendido), que em si, devem simbolizar o valor do aprendizado do educando e, encerra-se aí o ato de avaliar. Desta forma, Luckesi (1986, p. 30) afirma que:

O ato de avaliar não serve como uma parada para pensar a prática e retornar a ela. Mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada. De fato, o momento da avaliação deveria ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da avaliação é dinâmico, como no caso, a aprendizagem.

Observa-se que com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático do processo de crescimento. Com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia do crescimento para a competência (LIBÂNEO, 1990).

Para isso, é necessário que se resgate a função diagnóstica. Pois, para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá que ser diagnóstica, ou seja, ela deverá ser o instrumento dialético do avanço e de identificação de novos rumos. Assim, a avaliação diagnóstica, se constituiria um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade. Conforme Libâneo (1990, p. 16):

Uma sociedade democrática está fundada em relações de reciprocidade e não de subalternidade e para que isso ocorra é preciso um conjunto de competências, sob pena de estar sendo conivente com a domesticação e a opressão, características de uma sociedade conservadora.

Sugere-se, assim, que ao planejar suas atividades de ensino, o professor estabeleça previamente o mínimo necessário a ser aprendido, efetivamente, pelo aluno. Visto que, é preciso que os conceitos ou notas médias de aprovação signifiquem o mínimo necessário para que cada “cidadão” possa se tornar “governante”, e que a sociedade o coloque nas condições gerais de poder fazê-lo.

Neste contexto, segundo Gris (2005) a avaliação não poderá ser uma ação mecânica. Ao contrário, terá que ser uma atividade racionalmente definida, dentro de

um encaminhamento político, dentro de um encaminhamento decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.

É importante considerar aqui que a avaliação é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. Mas, é preciso levar em conta que os alunos aprendem, diferentemente, porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então, é também “buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos), é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender” (GRIS, 2005, p. 12).

Deste modo, o professor não pode planejar pensando em um aluno ideal, mas sim no contexto real de sua sala de aula. Para conhecer o aluno real, se faz necessária uma avaliação diagnóstica “que dirá quem são esses indivíduos, qual é a sua perspectiva histórica e cognitiva” (SILVA, 2003 p. 41).

No momento seguinte, o professor precisa identificar se o que ensinou contribuiu para modificar o aluno, não para dar nota, mas para verificar se atingiu os objetivos pretendidos – esta é a avaliação reguladora. Se o aluno não aprendeu os conceitos, procedimentos e atitudes que constam no planejamento volta-se para regular o trabalho realizado, para pensar como atendê-lo. A preocupação aqui é conscientizar o aluno do que aprendeu e da maneira pela qual está aprendendo, para que ele se auto avalie, e se autorregule.

Em vista disso, as propostas curriculares atuais, bem como a legislação vigente, primam por conceber uma grande importância às avaliações, reiterando que ela deva ser contínua, formativa e personalizada, concebendo-a como mais um elemento do processo de ensino e aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado das ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las.

Analisando-se as propostas pedagógicas das escolas, os planos escolares, os regimentos escolares, todos eles pertencentes ao plano das ordenações legais, pode-se afirmar que esse conceito de processo de avaliação encontra-se presente na maioria deles (ZACHARIAS, 2005).

Em ideias, presentes no papel e no discurso formal de muitos docentes, precisam, porém, concretizarem-se e desenvolverem-se para modificar as práticas cotidianas (as quais, infelizmente, divergem do discurso e dos papéis) para uma direção inovadora do ensino como mostra Zacharias (op. cit., p. 19):

A visita às escolas, a leitura do Projeto Político Pedagógico e a análise dos índices de aprovação das escolas, nos têm mostrado o quanto é necessário a conjugação dos conceitos de educação / ensino-aprendizagem e avaliação. Temos percebido projetos interessantíssimos desenvolvidos nas escolas, mas com práticas avaliativas que não traduzem os avanços dos trabalhos pedagógicos realizados.

Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão mais profunda sobre a prática avaliativa das escolas, subsidiada pelo diálogo com diferentes autores pesquisadores sobre a temática da avaliação que possa iluminar as práticas avaliativas existentes nas escolas, com vistas a aperfeiçoar as que caminham numa linha libertadora e redefinir as que consciente ou inconscientemente se caracterizam como práticas primitivas e freidoras do processo de aprendizagem (ZACHARIAS, op. cit., p. 19).

Consoante a esse pensamento Lüdke (1994, p. 120), afirma que:

A prática pedagógica existente nas escolas brasileiras, no que se refere à avaliação da aprendizagem, deixa muito a desejar. Faz-se necessário questionar os valores e princípios que fundamentam essa prática educativa ineficiente e responsável pelo fracasso escolar, tão arraigada em nomes de estabelecimentos de ensino. Os professores, apesar de tantas informações a respeito do sistema de avaliação, ainda permanecem com posicionamentos seculares, construindo o contexto avaliativo à sua revelia.

Conforme diz Hoffmann (2000) concebida e nomeada a avaliação em o “fazer testes”, o “dar notas”, é uma atividade simplista e ingênua, que significa reduzir o processo avaliativo, de comportamento e ação, com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo.

Este enfoque encontra eco em Oliveira e Macedo (1998 Apud ZACHARIAS, 2005) quando afirmam que “alguns teimam em entender por avaliação os tipos de provas, de exercícios, de testes, de trabalhos etc. Não compreendem a avaliação como um processo amplo da aprendizagem, que envolve responsabilidades do professor e do aluno”. A avaliação tratada dessa forma afasta-se de seus verdadeiros propósitos, de sua relação com o ensinamento, de seu aspecto formativo. Uma vez que o alargamento do conceito de avaliação nos faz ver suas diversas faces e como o poder está associado a ela.

As avaliações realizadas nas escolas decorrem, portanto, de concepções diversas, das quais nem sempre se tem clareza dos seus fundamentos. O sistema educacional apoia-se na avaliação classificatória com a pretensão de verificar

aprendizagem ou competências através de medidas, de quantificações. Este tipo de avaliação pressupõe que as pessoas aprendam do mesmo modo, nos mesmos momentos e tenta evidenciar competências isoladas. Isto é, algumas, que por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Outras, com outras características, que não respondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem cada vez menos e são muitas vezes excluídos do processo de escolarização (HOFFMANN, 2000). Transforma a prática avaliativa significa questionar a educação desde as suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Significa mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes, entre outras.

Neste momento, o que se propõe é uma reestruturação interna na escola quanto à sua forma de avaliação. Necessita-se, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno. O importante é estabelecer um diagnóstico correto para cada aluno e identificar as possíveis causas de seus fracassos e/ou dificuldades, visando uma maior qualificação e, não somente, uma quantificação da aprendizagem (op. cit., 2000).

De acordo com as novas propostas educativas, a avaliação formativa está fundamentada nos processos de aprendizagem, em que seus aspectos cognitivos, afetivos, relacionais, em aprendizagem significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. Como bem diz Lüdke (1994, p. 125) este enfoque tem um princípio fundamental:

Deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor e ensinar melhor), e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático).

Vista assim, nota-se que a avaliação contribui para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, bem como melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino. Este é o sentido definitivo de um processo de avaliação formativa que visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem (op. cit., 1994).

O sentido e a finalidade da avaliação deve ser conhecer melhor o aluno, suas competências curriculares, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas técnicas de trabalho. A isso se pode chamar de avaliação inicial; constatar o que

está sendo aprendido: o professor vai recolhendo informações, de forma contínua e com diversos procedimentos metodológicos e julgando o grau de aprendizagem, ora em relação a todo grupo-classe, ora em relação a um determinado aluno em particular (op. cit., 1994).

Além disso, é preciso adequar o processo de ensino aos alunos como grupo e àqueles que apresentam dificuldades, tendo em vista os objetivos propostos. E, ainda, julgar globalmente um processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ao término de uma determinada unidade, se faz uma análise e reflexão sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e revê-los de acordo com os resultados apresentados (op. cit., 1994).

A partir destas finalidades a avaliação teria as seguintes características, segundo Hoffmann (2000, p. 68):

A avaliação deve ser contínua e integrada ao fazer diário do professor: o que nos coloca que ela deve ser realizada sempre que possível em situações normais, evitando a exclusividade da rotina artificial das situações de provas, na qual o aluno é medido somente naquela situação específica, abandonando-se tudo aquilo que foi realizado em sala de aula antes da prova. A observação, registrada, é de grande ajuda para o professor na realização de um processo de avaliação contínua; A avaliação será global: quando se realiza tendo em vista as várias capacidades do aluno: cognitiva, motora, de relações interpessoais, de atuação etc. e, a situação do aluno nos variados componentes do currículo escolar; A avaliação será formativa: se concebida como um meio pedagógico para ajudar o aluno em seu processo educativo.

Vale ressaltar, que a avaliação não começa nem termina na sala de aula. Haja vista a avaliação do processo pedagógico envolve o planejamento e o desenvolvimento do processo de ensino. Assim sendo, é necessário que a avaliação cubra desde o projeto curricular e a programação do ensino em sala de aula e de seus resultados a aprendizagem produzida nos alunos.

Estudiosos da educação como Sousa (2007), destacam três modalidades da avaliação conforme as funções que desempenham. São elas:

A avaliação diagnóstica tem como objetivo identificar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, permitindo que os educadores encontrem suporte para novas experiências de aprendizagens. Desta maneira, poderão averiguar as causas das muitas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

A partir de uma avaliação diagnóstica, pode-se elaborar novos objetivos, redimensionar aqueles não atingidos e estruturar estratégias de reforço (feedback). Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam como investigativa inicial, o que não significa que seja aplicada, exclusivamente, nos inícios do ano ou semestre, ou seja, “[...] pode se realizar no interior mesmo de um processo de ensino e aprendizagem, já que os alunos põem inevitavelmente em jogo seus conhecimentos prévios ao enfrentar qualquer situação didática” (BRASIL, 2001 p. 82).

A avaliação formativa é realizada durante o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e tem como objetivo informar ao professor e ao aluno sobre os resultados da aprendizagem, permitindo que o ensino seja organizado de modo flexível, garantindo o alcance dos objetivos. Os PCN’S (op. cit., p. 83) ressaltam sua importância no sentido de “(...) saber se todos os alunos estão aprendendo e quais condições estão sendo ou não favoráveis para isso, o que diz respeito às responsabilidades do sistema educacional”.

É chamada formativa no sentido que indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos. Sendo assim, esta necessita do auxílio da avaliação diagnóstica ou inicial para que o professor tenha recursos suficientes para que haja a compreensão de para onde está se dirigindo o processo educativo.

Por fim, tem-se a avaliação somativa que segundo Bloom et ali (apud DUARTE, 2006 p. 54), a avaliação somativa “objetiva avaliar de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e ao final de um curso”. Sendo assim, deverá ocorrer com base na avaliação diagnóstica e formativa, considerando parâmetros individuais e grupais. Porém, esta é uma situação que, na maioria das vezes, não se verifica, ou seja, a avaliação como recurso de verificação da aprendizagem não é utilizada com frequência, esta é tão somente uma maneira de classificar segundo os níveis de aprendizagem.

A avaliação somativa expressa a atuação em um tempo pedagógico determinado, para que possa repensar a prática e dar um parecer sobre o aluno; em outras palavras, a avaliação somativa avalia a qualidade da totalidade do objeto avaliado em um período pedagógico previsto. As avaliações diagnóstica, reguladora e somativa compõem uma perspectiva de avaliação formadora, que busca acompanhar o processo de ensino (GRIS, 2005).

De acordo com J. L. Mursell (apud DUARTE, 2006, p. 54) “a avaliação é um sistema intencional e discriminatório de verificação que tem por objetivo tornar a

aprendizagem mais efetiva”. A partir desta definição, se verifica que esta visa melhorar a aprendizagem, no entanto, embora sendo significativa enquanto processo, não é utilizada com tal finalidade.

A importância da avaliação como recurso a ser utilizado em benefício do ensino e conseqüentemente da aprendizagem é inegável e tem estado presente no discurso de muitos educadores, porém, na prática a realidade é outra. No decorrer dos tempos, esta tem variado, sofrendo a influência das tendências de valorização que se acentuam em cada época, em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia (DUARTE, 2006).

Os resultados do processo de ensino-aprendizagem são muito importantes porque dão sustentação ao processo de tomada de decisão, tendo em vista que o fim maior da avaliação é a melhoria da aprendizagem.

Dessa forma, compreender as finalidades do processo avaliativo perpassa pelo conhecimento das funções que este desempenha e, segundo Stalze (1967, Apud DUARTE, 2006 p. 84), estas se classificam em formal e informal. O aspecto informal se evidencia em sua dependência aos objetivos implícitos, as normas intuitivas e julgamentos subjetivos; o aspecto formal por sua vez decorre de objetivos bem formulados, de comparações controladas de instrumentos fidedignos.

Sendo assim, é importante que os educadores tenham seus objetivos bem definidos para que assim possa avaliar com clareza e atingir os fins da educação, desenvolvendo uma formação que vise não salientar as diferenças individuais, mas sim, com base nestas diferenças desenvolver a formação integral de seus alunos.

Tradicionalmente, o que se observa é o processo de avaliação reduzir-se, apenas, a aprendizagem produzida nos alunos. No contexto de um processo de avaliação formativa isto não tem nenhum sentido. A informação sobre os resultados obtidos com os alunos deve, necessariamente, levar a um replanejamento dos objetivos e conteúdos das atividades didáticas e dos materiais utilizados, e das variedades envolvidas em sala de aula: relacionamento professor-aluno, relacionamento entre alunos e entre esses e o professor.

Segundo Hoffmann (2000), avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão num acompanhamento permanente do professor e, este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participantes na construção de verdades formuladas e reformuladas.

2.1 O papel do professor em avaliação

O professor durante muito tempo foi considerado detentor do saber. Colocado em um pedestal, mantendo com seus alunos uma relação vertical em que eles só recebiam o conhecimento transmitido por ele. Com o passar do tempo tem se tentado acabar com o mito da avaliação tradicional. Hoje alguns educadores ocupam uma posição em que não mais se consideram detentores do saber, mas um orientador da aprendizagem onde, junto com o aluno, aprende ao mesmo passo em que ensina. Consciente da importância de sua prática tem no instrumento que antes era sua arma, um aliado.

Collares (1998) aborda que muitos educadores defendem que a avaliação seja utilizada no sentido de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e promover um ensino de qualidade. Para tanto, atingir este objetivo depende da perda do seu caráter eliminatório, classificatório e excludente. Nesta nova concepção poderá auxiliar o educando em seu desenvolvimento, onde os mesmos poderão se tornar sujeitos conscientes de sua formação, sendo incluídos em um processo em que muitos conhecem o dissabor da exclusão. Partindo desta premissa, o educador poderá agir de maneira a identificar em quais situações o que ele considera inclusão pode se transformar em exclusão.

Hoffmann (2002, p. 50) acrescenta que:

Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levaram em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas.

Isso mostra que o educador precisa lançar mão de inúmeros meios que lhe favoreça conhecer os alunos e detectar o nível de aprendizagem e acompanhamento destes no processo de ensino-aprendizagem. Deverá partir de um ponto em que possa trabalhar o diagnóstico das habilidades e dos conhecimentos do educando, construindo alicerces para adequar o processo de ensino conforme as necessidades de seus alunos (op. cit., 2002).

Ao promover tais situações é importante se organizar desde o ambiente escolar até os critérios de avaliação, colocando o aluno como ser capaz de interagir, pensar e construir seu saber, uma vez que o educador dá subsídios para facilitar a aprendizagem. Hoffmann (op. cit., p. 29) expõe que:

Neste processo é fundamental que o educador conscientize seus alunos de como estão sendo avaliados, quais os processos e instrumentos que estão sendo utilizados e que conscientize a si mesmo de que para ser um avaliador é necessário se desprender das velhas práticas avaliativas, centradas em notas, o que resulta em classificação e exclusão e assuma uma postura crítica de si mesmo em relação à sua atuação enquanto professor e avaliador.

Nota-se que a escola e seus profissionais têm um papel muito importante na construção social, daí a preocupação dos educadores em “formar cidadãos” para integrar esta sociedade. Nesta perspectiva, há uma grande preocupação quanto ao espinhoso processo de avaliação ou como orientar a formação destes cidadãos.

O discurso formal da avaliação prima pela construção da escola que queremos, porém, muitos professores avaliam com base na sociedade que temos. Quando se trata de escola pública, principalmente, a questão ideológica domina o pensamento do professor que acaba por dirigir sua ação no processo educativo, concebendo a escola como agente direto e decisivo de subversão da hierarquia vigente na sociedade. Porém, o tratamento tradicional dado à avaliação neste tipo de escola, que é uma realidade e não um modelo está respaldado pelo pensamento de que para se tiver dignidade é preciso “barriga cheia” e esta é uma afirmação que somente se concretiza mediante a existência do trabalho.

A sociedade que se tem faz com que o professor acredite que esta postura permitirá ao educando estar preparado para disputar no mercado de trabalho e conquistar uma posição que lhe garantirá dignidade, cidadania, pois se vive em uma sociedade extremamente competitiva, onde o modelo econômica mundial dita as regras e põe a realidade do processo educativo em contraposição à filosofia da educação problematizadora, necessária a concretização da escola que se deseja. Um exemplo bem simples é o provão (ESTEBAN, 2001).

Para divulgar a qualidade da educação no país, instituições como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica- (SAEB), usam a quantificação do conhecimento adquirido pelos alunos como parâmetro para realização deste tipo de avaliação do mesmo modo como o

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é utilizado para promover o ingresso de alunos em instituições de ensino superior, ações e situações que reafirmam o padrão rígido definido pela avaliação quantitativa e a necessidade de os alunos estarem preparados para responderem socialmente sobre o quanto aprenderam em sua escolaridade (ESTEBAN, 2001). Ainda segundo Esteban (op. cit., 12),

A avaliação se revela um “mecanismo de controle” dos tempos, dos conteúdos dos processos, dos sujeitos e dos resultados escolares. O estabelecimento de uma avaliação nacional pressiona no sentido de homogeneização curricular, pois todos os alunos e alunas devem ter acesso a conteúdos iguais para que tenham as “mesmas oportunidades” num processo de avaliação padronizado. A dinâmica da sala de aula está limitada aos procedimentos que possam favorecer a produtividade.

O que se percebe é que para se mudar o sentido da avaliação será provavelmente necessário mudar também a escola, já que é tão comum ver educadores discutirem os entraves da avaliação e, no entanto são poucos os que buscam a transformação da realidade vivenciada. É preciso despertar para a consciência de que a transformação vem pela ação e a ação depende dos sujeitos envolvidos no processo.

À medida que os estudos apontam para o caráter interativo e intersubjetivo da avaliação, alertam também para a essencialidade do diálogo entre todos os que fazem parte desse processo, para a importância das relações interpessoais e dos projetos coletivos (HOFFMANN, 2002 p. 20).

É importante ressaltar que a educação é dever do estado e direito do cidadão. Concebida como valor social, reflete-se como instrumento da sociedade para efetivar o processo de formação e construção da cidadania, haja vista que é na sala de aula que são costurados todo o entremeio do processo educativo, pois a aprendizagem ocorre, não exclusivamente, mas principalmente, em meio à relação professor/aluno em sala de aula.

A forma como ocorre essa relação depende da maneira com o professor conduz sua prática, ou seja, de sua postura mediante seus alunos. Assim, toda e qualquer produção por parte dos alunos passa a ser significativa, uma vez que reflete um determinado estágio de desenvolvimento dos conhecimentos, desde que haja entendimento por parte do professor de como o aluno elaborou determinadas

respostas ou soluções, para definir então, quais intervenções e atividades coletivas ou individuais deverão ser realizadas visando dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

Posto os problemas mais comuns da prática poderão levantar questões de estudo para a formação do professor, uma vez que deve ter claro em sua mente que é sua a responsabilidade da qualidade da aprendizagem, por isso, ao assumir tal compromisso é preciso conhecer, não somente seus alunos, com suas particularidades, mas também a si mesmo, suas capacidades e limitações e neste sentido, nada melhor que utilizar-se de sua própria ação como fonte de conhecimento.

A sala de aula é, antes de tudo, ambiente de estudo e pesquisa, pela razão simples de que pesquisa é o ambiente de aprendizagem.

Nesse processo é importante que o educador não se sinta tão somente educador, mas também aluno. Ambos em sintonia aprenderão a facilitar a aprendizagem. É necessário adotar uma postura que permita a interação professor/aluno onde cada um exercerá seu papel, onde o professor é um mediador competente entre o aluno e o conhecimento, alguém que deve criar situações para a aprendizagem. Porém, como favorecer a criação de laços de cumplicidade mediante a necessidade de desenvolver-se individualmente mesmo sendo esta uma construção coletiva? Avaliar é preciso (ZACCUR, apud CARVALHO, 2003, p 53).

É interessante ressaltar que se torna mais produtivo do que se ater ao resultado da aprendizagem, investigar o seu processo, visto que a avaliação faz parte do dia-a-dia. Avalia-se o tempo disponível para a realização das tarefas e qual a forma mais proveitosa de fazê-la. Mas, é na escola que a avaliação se materializa e é transformada em um mito assustador. Na escola, o simples ato de avaliar, que em outras situações de tão simples chega a passar despercebido, torna-se um pesadelo tanto para o professor quanto para o aluno e com isso, torna-se empecilho em muitas situações que poderia transformar-se em rica aprendizagem. Conforme Hoffmann (2002, p. 20) “avaliação está predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido, pela observação ou investigação, a serviço da melhoria da situação avaliada”.

Neste contexto, a avaliação fornece subsídios para que o professor possa refletir sua prática docente, serem instrumento de trabalho, os objetivos propostos, podendo rever suas prioridades e reorganizar suas metas. Assim, neste percurso os

sujeitos envolvidos no processo, professor e aluno, podem vê-la como elemento de aproximação ou distanciamento entre ambos, o que dependerá da postura assumida por cada um, pois a avaliação é um processo pessoal, contínuo e significativo para o aluno (op. cit., 2002).

Com efeito, se lhe for impresso apenas um valor quantitativo, através de um indicador numérico, ela passa a não configurar um fator relevante à aprendizagem, pois abre espaço para que o aluno se apegue em demasia às notas sem se preocupar com o aprendizado e para que o professor a transforme em uma arma a ser usada para controlar a turma, tornando a sala um campo de batalha.

3. O ato de avaliar no cotidiano da sala de aula

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem (DEPRESBITERIS, 1999). Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Trata-se de uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuições de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualificativa. A avaliação escolar é, portanto, um componente indispensável do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, buscando determinar a correspondência destes com os objetivos propostos. Nos diversos momentos do processo de ensino (ROMÃO, 1999).

Assim sendo, a prática da avaliação nas escolas tem sido criticado, sobretudo, por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa do aluno relativa às notas que obtiveram nas provas. Os professores não têm conseguido usar os procedimentos de avaliação – que, sem dúvida, implicam o levantamento de dados por meio de testes, trabalhos escritos – para atender a função educativa da avaliação (op, cit., 1999).

Em relação aos objetivos, funções e papel da avaliação na melhoria das atividades escolares e educativas, têm se verificado na prática escolar alguns equívocos a que convém explicitar, conforme aponta Romão (1999, p. 102):

- a) O mais comum é tomar a avaliação unicamente como ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos;
- b) Outro equívoco é utilizar a avaliação como recompensa aos “bons” alunos e punição para os desinteressados ou indisciplinados;
- c) O terceiro equívoco vem dos professores que, por confiarem demais em sua percepção, dispensam verificações parciais no decorrer das aulas;
- d) O quarto equívoco é dos professores, que por questões tradicionalistas ou mesmo comodistas, preferem avaliar apenas com base em dados quantitativos;
- e) O quinto e último equívoco é dos professores, que por razões desconhecidas (modernistas, talvez), rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor de dados qualitativos.

O que se questiona na verdade, em relação à avaliação escolar, ou melhor, em relação a uma perspectiva inovadora da avaliação, diz respeito à questão da melhoria de qualidade do ensino. Sem dúvida, o entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos.

A avaliação é uma apresentação qualitativa, e por isto é importante à reflexão do professor para corrigir os rumos do processo de ensino e aprendizagem, entretanto, as provas escritas e outros instrumentos de verificação são meios necessários de obtenção de informação sobre o rendimento do ensino-aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido, além disso, uma verdade, que pode parecer contraditória nesse contexto, é que por mais que o professor se empenha na motivação interna dos alunos, nem sempre conseguirá deles o desejo espontâneo para o estudo. O aluno precisa de estimulação externa, precisa sentir-se desafiado a fim de mobilizar suas energias físicas e intelectuais (GAMA, 1997 p. 39).

O importante assim é o professor, e a própria escola, ter em mente que o diferencial está no tratamento do instrumento de medida e não no próprio instrumento. A melhoria da escola contemporânea vai depender de um novo cotidiano na avaliação escolar, de como ela vai ser trabalhada doravante.

3.1 Novos sentidos para a avaliação

Como já foi mencionado, buscar culpados é um procedimento que vem caracterizando o nosso cotidiano escolar. São os professores que não sabem avaliar, dizem uns, são os alunos que não estudam, afirmam outros, é a parte administrativa, retrucam outros, enfim, sempre existe um culpado.

Talvez se torne possível inverter essa linha de raciocínio, pensando que a própria história da avaliação marcou profundamente a prática educativa. Assim, alguns desvios da avaliação são decorrentes de sua própria história. Por exemplo:

A ênfase da avaliação como aplicação de provas tem sua origem em tempos remotos, quando a avaliação era conhecida como *Docimologia*, termo que vem do grego – *docimé* – e que quer dizer prova. A finalidade da *Docimologia* era controlar todas as variáveis externas que pudessem interferir nos resultados dos desempenhos dos alunos (SOUSA, 2007 p. 45).

Com efeito, a consequência natural da ênfase nas provas foi o aperfeiçoamento das teorias psicométricas e toda a metodologia estatística que elas trouxeram. Com o tempo, a avaliação foi sendo defendida como algo mais amplo, abrangendo os diversos componentes do processo de ensino-aprendizagem: objetivos, conteúdos, estratégias, meios e as próprias formas de avaliar. Surgiram os estudiosos que conceberam modelos específicos de avaliação de programas (STUFFLEBEAM, SCRIVIEN E STAKE, 1978) e que até pouco serviram de base para avaliações de cunho curricular (SOUSA, 2007).

Fator importante, também, foi o aparecimento de formas de avaliação de natureza mais qualitativa, voltadas para a descrição dos fenômenos, como a pesquisa-ação, a observação participante e a avaliação emancipatória e que, apesar de antigas, só começaram a ser empregadas, no Brasil, a partir dos anos 1980.

Buscar mudar um cotidiano, marcado fortemente por desvios e procurar novos sentidos para a avaliação incluiria pensar em uma nova forma de encarar o processo de ensino e aprendizagem, talvez uma delas o construtivismo, que se considera uma pedagogia para a humanização (SOUSA, 2007).

Segundo Hoffmann (2002) transformar abruptamente o cotidiano da escola seria talvez devastador. Assim alguns princípios de aprendizagem construtivista poderiam ser incorporados aos poucos, dentre eles os seguintes: compreender a diferença entre avaliar o resultado do desempenho e avaliar processos de pensar, estar consciente que existem, ou podem existir, pontos de vista diferentes do seu, pensar de maneira hipotética e perceber em que direção conduzirão vários caminhos alternativos.

Se a abordagem for à de transmissão de conhecimentos, em que o ensino com todos os eventos externos são importantes – bons materiais, bom professor, bom conteúdo –, a avaliação visará à análise daquilo que foi ensinado. Os instrumentos e técnicas nesse caso serão os mais usados comumente; provas, observação, pesquisas, etc (SILVA, 2003 p. 67).

Se a abordagem for à do desenvolvimento das formas de pensar, a avaliação focará os processos pelos quais esses raciocínios são desenvolvidos. Nesta perspectiva, o docente, que assume um papel de mediador, deveria ser preparado para desenvolver habilidades cognitivas nos educandos, de modo que eles possam aprender a pensar (SILVA, 2003).

Assim, a mudança na avaliação implica mudança no ensino, nas formas de o docente levar o aluno ao conhecimento. Hoffmann (2002 p.33) defende a ideia de uma ação avaliativa mediadora, “como um processo interativo e dialógico, um processo de abertura e de constante revisão”.

Torna-se necessária, então, uma avaliação fina, de tipo clínica e dinâmica, para captar a multidimensionalidade do objeto aprendido, que tenha por base um dispositivo pelo qual se possa coletar a pluralidade de informações e que possa levar o aluno a pensar. É assim, que compreendemos a avaliação e, é assim que a queremos (SILVA, 2003).

3.2 A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) e a tônica da avaliação escolar

A preocupação com a avaliação é uma tônica presente na Lei LDB de 9394/96, ao longo dos 92 artigos, o termo avaliação (e suas variações) aparece 24 vezes, e o termo verificação (do rendimento ou da aprendizagem). Porém essa preocupação ganha mais ênfase no artigo 24, inciso V. onde a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1999, p. 123)

As orientações da LDB 9.394/96 são importantes porque norteiam um novo paradigma de avaliação. Assim, ao pensar na construção dos parâmetros de avaliação, precisa levar em conta práticas concretas que efetivem ritos e rituais promotores de aprendizagens significativas e satisfatórias.

Sendo assim não prioriza o sistema rigoroso e opressivo de notas parciais e médias finais no processo de avaliação escolar. Na letra da Lei presente na atual ninguém aprende para ser avaliado. Prioriza mais a educação em valores, aprendendo com o objetivo de construir novas atitudes e valores.

A LDB 9.394/96, ao se referir à verificação do conhecimento escolar, determina que sejam observados os critérios de avaliação contínua e cumulativa da atuação do educando, com prioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (Art. 24). Deve se conscientizar que aspectos não são notas, mas sim, registros de acompanhamento do caminhar acadêmico do aluno. O educando, sendo bem orientado, saberá dizer quais são seus pontos fortes, o que construiu na sua aprendizagem o que ainda precisa construir e precisa melhorar.

Assim desenvolver a noção de responsabilidade e uma atitude crítica. Para isso é necessário criar oportunidades para que pratique a auto avaliação, começando pela apreciação de si mesmo, de seus erros e acertos, assumindo a responsabilidade por seus atos. Daí, a necessidade de uma educação dialógica, abalizada na troca de ideias e opiniões, de uma conversa colaborativa em que não se conjectura o insucesso do aluno Quando o educando sofre com o insucesso, também fracassa o professor. A intenção não é o aluno tirar nota e sim "aprender", já que ainda existe nota, que ela possa ser utilizada realmente como um identificador para o professor da necessidade de retomar a sua prática pedagógica.

A avaliação quando dialógica culmina na interação e no sucesso da aprendizagem, pois o diálogo é fundamental, e o professor através dela se comunica de maneira adequada, satisfatória e prazerosa com o aluno. LDB 9.394/96, inova em relação à anterior, por tratar a frequência e a avaliação do rendimento escolar em planos distintos. Prevê-se que deve haver avaliação "contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais" (BRITO,2007).

Algumas regras forçaram a mudança do sentido que se atribuía à avaliação, orientando para não mais uma avaliação com vistas a promover ou reter alunos, mas uma avaliação que permita: "possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado" (op. cit., 2007).

Após a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394/96), que determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos, surge um novo olhar sobre a avaliação, de uma mudança do eixo de ensinar para o aprender. Sob este olhar, a avaliação hoje é tida com o sentido de acompanhamento e verificação de como está o aluno naquele

momento, visto que o diagnóstico do desempenho do aluno contribui para que o professor reconheça níveis cognitivos de conhecimento que o aluno se encontra e se os objetivos foram ou não atingidos, ou seja, deve ser pautada nos objetivos e não em notas. Por outro lado, sabemos que não é assim que ela vem se constituindo e se efetuando em nosso meio educacional, na verdade pode até ser que uma instituição e/ou docente siga alguns desses princípios, mas não abrange a todos e nem da forma legítima como diz a lei, ou até mesmo diz que faz sem o praticar.

O termo avaliar é bastante associado a expressões como: fazer exame, atribuir nota, repetir ou passar de ano. Esse conceito ainda está presente nas escolas é resultante de uma concepção pedagógica ultrapassada, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo, em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações por ele retidas.

Como vimos em nosso breve histórico a cerca da temática, a avaliação da aprendizagem tem suas raízes em concepções pedagógicas tradicionais, mesmo sendo vivenciada há muito tempo, ela continua acontecendo tendo por base essas mesmas concepções, ela testa, julga, classifica, mede, avalia os educandos de maneira estática, se aluno não obteve um bom rendimento ele não aprendeu e não terá mais possibilidades de desenvolvimento. Como afirma LUCKESI(2009, p.34):

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado.

Na verdade, não há uma concepção pedagógica ideal a ser seguida, acreditamos que o certo seria conduzir o processo de ensino-aprendizagem tendo por base o que cada uma tem de melhor, ou seja, devemos colocar em prática a essência positiva que cada uma tem em seu referencial, com a finalidade de promover uma educação de qualidade, coerente com a nossa atual realidade.

Cabe então discutirmos como ela vem sendo praticada no meio educacional e qual as mudanças necessárias para que ela possa realmente assumir a sua

função no sentido mais amplo de seu significado. Afinal, o que praticamos em nossas escolas, exames ou avaliação? De acordo com Luckesi (2009, p.17):

A característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa é de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma “pedagogia do exame”.

Em outra publicação Luckesi (2005, p. 15) reafirma:

Na escola brasileira, pública ou particular, dos níveis de ensino fundamental, médio ou superior, praticamos exames escolares, ao invés de avaliação da aprendizagem. A partir dos anos setenta, do século XX, passamos a denominar a prática escolar de acompanhamento da aprendizagem do educando de “avaliação da aprendizagem escolar”, mas, na verdade, continuamos a praticar “exames escolares”.

Este contexto educacional descrito necessita de uma mudança, se desejarmos mudar esse padrão de conduta, temos a necessidade de, permanentemente, fazermos um propósito de modificar nosso modo de nos conduzir em nossa escola, no que se refere ao acompanhamento da aprendizagem. Segundo o autor necessitamos de desejar conscientemente trabalhar com *avaliação*, tendo em vista abriremos mão dos *exames* como recurso de controle disciplinar de nossos educandos; e, então, servirmo-nos da avaliação como recurso de diagnóstico e reorientação da aprendizagem. Isso implica abriremos mão do nosso poder exarcebado de mandar e desmandar na sala de aula, abrindo mão para o diálogo.

Para uma melhor compreensão, faremos aqui um paralelo entre os termos *exames* e *avaliação*, que parecem sinônimos, mas que na verdade expressam conceitos bem diferentes. O principal aspecto que os diferencia é que os exames expressam aquilo que o educando conseguiu fazer com as lições do educador ou de outros meios e a avaliação expressa o caminho trilhado conjuntamente pelo educador e educando, construindo resultados positivos, assim os exames são úteis em situações que exigem classificação e certificação, a avaliação onde se exige construção de conhecimentos, de habilidades, de hábitos e de convicções.

Na visão de Luckesi (2005) os exames escolares têm por objetivo julgar e, conseqüentemente “aprovar” ou “reprovar” os estudantes em sua trajetória; eles são pontuais, na medida em que o estudante deve saber às questões aqui e agora, no momento das provas ou dos testes; são classificatórios, já que aprovam ou

desaprovam, estabelecendo uma escala de valores; são seletivos, pois excluem os que “não sabem” e, por conseguinte são *estáticos*, enquanto classificam o estudante num determinado nível de aprendizagem, considerando este nível como definitivo; são antidemocráticos, pois excluem os educandos e dão fundamento a uma prática pedagógica autoritária, pois o sistema de ensino e o educador têm em suas mãos um instrumento de poder, servindo desse recurso para controlar disciplinarmente os educandos.

A avaliação da aprendizagem, por outro lado, possui características diferentes das acima mencionadas, mais especificamente opostas a elas, ela tem por objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem do educando, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões para melhoria da qualidade do desempenho. É diagnóstica e processual, admitindo que o educando não possua um determinado conhecimento ou habilidade em um momento, mas que depois ele poderá apresentar as qualidades esperadas.

É dinâmica, não classifica o educando, mas diagnostica a situação para melhorá-la a partir de novas decisões pedagógicas; é inclusiva, não seleciona os educandos melhores dos piores, mas busca meios pelos quais todos possam aprender; é democrática, devido incluir todos, com ou sem dificuldades, o que importa é que todos aprendam e se desenvolvam, para tanto exige uma prática pedagógica dialógica entre educadores e educandos, tendo em vista estabelecer uma aliança negociada, um pacto de trabalho construtivo entre todos os sujeitos da prática educativa, como afirma Luckesi (2005, p.19): “a avaliação exige uma interação permanente entre educador e educando” e Hoffmann (2010, p. 35) “A avaliação, nessa perspectiva, deverá encaminhar-se a um processo dialógico e cooperativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos no ato próprio da avaliação”.

A partir da reflexão acima sobre a diferença entre estes os termos exames e avaliação, e observando nossas experiências educacionais, pode-se então concluir que praticamos exames e não avaliação da aprendizagem. Esta prática conduz à política da reprovação e conseqüentemente ao fracasso escolar, que segundo o autor tem muito mais a ver com má qualidade de ensino do que com incompetência ou má vontade dos educandos. Isso fica claro quando ele ressalta que a má qualidade de ensino implica no educador e no seu papel, na escola com todos os seus determinantes econômicos, físicos, culturais, administrativos e nas políticas

públicas oficiais sobre a educação no país. Em relação à prática dos exames Méndez (2002, p.93) enfatiza que:

Utilizar um tempo de aula para dedicá-lo a tarefas de controle e de exame como algo distinto da atividade de ensinar e aprender implica dispersão de esforços, fomenta receios e desconfianças e distrai a atenção do que realmente vale à pena: aprender descobrir, contrastar, refletir, recrear, dialogar, desfrutar, compreender, enriquecer-se com os bens culturais.

Hoffmann (2010) alerta para uma possibilidade de ação avaliativa, como mediação, esse modelo por ela proposto contribuirá para a superação de quaisquer posicionamentos radicais que possam reforçar as relações de poder no ambiente escolar, já que “a confiança mútua entre educador e educando quanto às possibilidades de reorganização conjunta do saber pode transformar o ato avaliativo em um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento” (op. cit., p. 67).

Na busca da concreticidade desses princípios, ela aponta como linhas norteadoras de avaliação numa perspectiva mediadora a conversão dos métodos de correções tradicionais (de verificação de erros e acertos) em métodos investigativos, de interpretação das alternativas de solução propostas pelos alunos às diferentes situações de aprendizagem. Privilégio a tarefas intermediárias e sucessivas em todos os graus de ensino, descaracterizadas de funções de registro periódico por questões burocráticas.

Nesse caso a autora não advoga a não existência de registros escolares, apenas alerta quanto à subordinação do processo avaliativo a tais exigências; compromisso do educador com o acompanhamento do processo de construção do conhecimento do educando numa postura epistemológica que privilegie o entendimento e não a memorização.

Para a autora, o principal desafio que se enfrenta na perspectiva mediadora da avaliação “[...] é a tomada de consciência coletiva dos educadores sobre a sua prática, desvelando-lhe princípios coercitivos e direcionando a ação avaliativa para o caminho das relações dinâmicas e dialógicas em educação” (op. cit., p. 68).

A avaliação também é pautada nos documentos oficiais, como na LDB nº 9.394/96, em seu Art.24, inciso V:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de

avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

O caráter de avaliação é ato político e vivencia mudança, avanço, progresso, enfim, aprendizagem. É fundamental refletirmos sobre os novos desafios da avaliação, a fim de avançarmos em direção a uma educação de qualidade democrática para todos, por isso ela precisa ser analisada sob novos paradigmas, surgindo assim à necessidade de conhecermos e analisarmos as melhores formas de avaliação, buscando instrumentos úteis para direcionar a nossa prática pedagógica de maneira justa e coerente a realidade de cada aluno.

4. Metodologia da pesquisa

Esta pesquisa configura-se como uma pesquisa bibliográfica e também de campo. O presente estudo configura-se ainda como uma pesquisa científica que, segundo Gil (1999, p. 42) “tem um caráter pragmático e é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Com base nessa informação, o estudo será classificado de acordo com a natureza, objetivos e procedimentos em sua realização.

Quanto à natureza, o estudo será de natureza qualitativa porque tem como princípio interpretar fenômenos e atribuir-lhes significados. Quanto ao objetivo será uma pesquisa de caráter exploratório, pois visará proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses.

Quanto ao procedimento técnico, a pesquisa será bibliográfica que segundo Severino (2002, p. 39) “a documentação bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos dentro de uma área do saber”.

De acordo com Rodrigues (2007) “a metodologia é um conjunto de abordagens, técnicas, e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problema de aquisição objetiva do conhecimento, de maneira sistemática”.

Nessa direção, o estudo irá se utilizar de processos científicos para formular e resolver problemas. A pesquisa, por sua vez, significa de forma bem simples, procurar respostas que venham a responder as indagações propostas e como se trata de uma pesquisa científica, realiza-se uma investigação planejada de acordo com as normas da metodologia da ciência (RODRIGUES, 2007).

Na classificação de Rodrigues (2007) as pesquisas podem ser quanto aos objetivos exploratória, descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos, de campo e de fonte bibliográfica e quanto à abordagem pode ser quantitativa e qualitativa.

Em suas modalidades, a pesquisa exploratória constitui-se como o primeiro estágio de toda pesquisa científica, a pesquisa teórica tem por objetivo ampliar generalizações e relacionar e a pesquisa aplicada tem por finalidade investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos teóricos. Para Minayo (1993, p. 23) a pesquisa consiste numa atividade básica das ciências e consiste numa atitude prática teórica de constante busca.

De acordo com Demo (1996, p. 34) a pesquisa “é uma atividade cotidiana de questionamento sistemático mais a intervenção competente na realidade”.

A bem verdade, os tipos de pesquisa aqui propostos nas diversas classificações (natureza, objetivos, procedimentos, entre outros) não são estanques. Qualquer uma delas pode estar, ao mesmo tempo, situada em várias dessas classificações, no entanto, o trabalho com a pesquisa pressupõe a escolha de um tema e a definição de objetivos e problemas a serem investigados.

Assim, este estudo tem como universo da pesquisa as escolas públicas da rede municipal da cidade de Picos-PI e como população amostral os alunos do ensino fundamental I do 1º ao 5º ano. O universo que compõem essa pesquisa são duas escolas: a escola Municipal José João de Moura e a escola municipal Escola Municipal Eli Nunes. Estas localizadas na zona urbana da cidade nos bairros Pedrinhas e Pantanal, respectivamente.

Por sua vez, os sujeitos da pesquisa ou população amostral foram 10 (dez) professores do ensino fundamental I de 1º ao 5º ano de ambas escolas e 24 (vinte e quatro) alunos, escolhidos aleatoriamente.

4.1 Análise e discussão dos questionários: os professores em foco

A escola municipal José João de Moura está localizada no Bairro Pedrinhas, zona urbana da cidade de Picos e atende a alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O prédio conta com 10 dependências: 05 salas de aulas, 01 sala que funciona como secretaria, diretoria e sala de professores, 01 laboratório de informática com 18 computadores, 01 cantina, 01 banheiro masculino e 01 feminino, 01 depósito, 01 mini-área coberta, pequeno espaço utilizado para recreio e realização de eventos culturais e festas cívicas vivenciadas na escola. Há necessidade de uma reforma geral no colégio, pois não existe saneamento e a parte hidráulica e elétrica é muito antiga, necessitando frequentemente de reparos. Não há espaço adequado para o bom funcionamento da biblioteca, sala de leitura, laboratório de informática, quadra esportiva e espaço para a realização de eventos, o que torna a escola pouco atrativa.

A escola Municipal José João de Moura, em sua situação física da escola, apresenta um espaço físico excelente, o piso está em boas condições, o teto apesar de antigo, continua bem conservado. Suas paredes e são limpas por dentro e na

parte de forma necessitam de limpeza. As portas da escola e as janelas estão a necessitando de serem mudadas e as instalações elétrica e hidráulica também estão em bom estado de conservação. Os banheiros da escola são limpos e todas divisórias desta são bem arejadas. O prédio da escola foi construído em 1986 e atualmente, esta unidade de ensino no que diz respeito às condições materiais está bem equipada.

Em relação à situação administrativa ressalta-se que existe uma administração direta, pois, há uma gestora exclusiva da escola e uma secretária, ambas nomeadas por livre escolha do poder público municipal, entretanto, a escola é subordinada as determinações da Secretaria Municipal de Educação.

A escola municipal Eli Nunes fica localizada no Bairro Pantanal, situada na zona urbana do município de Picos e funciona atualmente nos turnos da manhã, tarde e noite. A escola possui 03 salas de aula, uma biblioteca, uma diretoria e sala de professores, uma cantina, dois banheiros e um laboratório de informática. No período da manhã funciona as turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental II. A escola possui Regimento Interno e Projeto Político – Pedagógico e todos os docentes tem curso superior.

Segundo informa o Projeto Político Pedagógico desta unidade, o ensino ofertado visa propiciar uma boa formação socioeducativa e cultural, baseada na teoria construtivista, onde se oferece a oportunidade de participar para atingir tal objetivo, o corpo docente, discente, comunidade escolar e sociedade civil em geral. Da escolha do livro didático, esta acontece a cada três anos, conforme reza o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a escolha é feita considerando a qualidade do livro e pela avaliação e aprovação do professor de forma conjunto e única.

A escola dispõe de um acervo de livros paradidáticos que deveriam compor a biblioteca da escola, têm cadernos, lápis, coleção, quadro de acrílico e giz de cera, massa de modelar, álbum de desenho, tinta guache, pilotos, papéis diversos. A grade curricular da escola tem um calendário que é elaborado pela secretaria municipal de ensino, e está distribuído em 800 horas e 200 dias letivos. Quanto ao projeto político - pedagógico da escola, não existe um específico da mesma, mas aquele que é adotado para todas as escolas municipais.

Quanto ao planejamento escolar, a unidade tem um plano anual de disciplinas que é elaborado pela equipe de coordenadores da Secretaria Municipal

de Educação e executado bimestralmente através de planejamento escolar ou mensalmente no final de cada mês por professores e coordenadores.

No questionário que foi aplicado aos professores que discutem a prática da avaliação nas escolas que é universo desta pesquisa buscou-se, de início, identificá-los por meio de dados profissionais, onde foi solicitado como variáveis destes sujeitos o sexo e a formação destes. Assim, tem-se o seguinte perfil profissional destes professores das escolas: em relação ao sexo destes sujeitos, a população amostral que compõe esta pesquisa é formada por mulheres e a formação destas é curso superior completo e pós-graduação.

Quando solicitados a ressaltar qual o conceito de avaliação escolar, os docentes em sua maioria afirmaram que:

P1: avaliação é uma forma de aprendizagem e de observação do desempenho do aluno;

P2: é um processo onde a professora pode e deve fazer uma análise sobre o nível de desenvolvimento do aluno e do próprio professor quanto a sua forma de ensinar;

P3: a avaliação é uma forma de verificar aspectos que envolvem tanto a aprendizagem dos alunos quanto a prática do professor;

P4: não é o melhor método de avaliar o aluno;

P5: é uma forma de verificação da aprendizagem que tem a finalidade de ver o que precisa melhorar e o que foi aprendido;

P6: serve para indicar qual o caminho a ser seguido.

P7: a avaliação é um instrumento do professor, mas não deve ser o único meio de verificar o que aluno aprendeu;

P8: a avaliação é uma ferramenta do professor onde ele tem a oportunidade de verificar o nível que o aluno se encontra e o que ele já aprendeu;

P9: as provas que se fazem na escola são instrumentos que o professor se utiliza para analisar o processo de ensino e aprendizagem;

P10: a avaliação é uma ferramenta importante

Nesta direção, a avaliação escolar de modo geral, é entendida pela maioria dos professores, como aplicações de provas e exames, porém é preciso entender qual o real sentido da avaliação, e não apenas vê-la como uma máquina classificatória e excludente.

As propostas curriculares atuais, bem como a legislação vigente, primam por conceder uma grande importância à avaliação, reiterando que ela deve ser:

contínua, formativa e personalizada, sendo mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual permite conhecer o resultado de ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las.

Segundo Luckesi (Apud LIBÂNEO, 1991, p. 196): "A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho." Luckesi (2009, p.34) afirma ainda que:

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado.

Na verdade, não há uma concepção pedagógica ideal a ser seguida, acreditamos que o certo seria conduzir o processo de ensino-aprendizagem tendo por base o que cada uma tem de melhor, ou seja, devemos colocar em prática a essência positiva que cada uma tem em seu referencial, com a finalidade de promover uma educação de qualidade, coerente com a nossa atual realidade. Cabe então observar como ela vem sendo praticada no meio educacional e qual as mudanças necessárias para que ela possa realmente assumir a sua função no sentido mais amplo de seu significado.

Avaliar nunca foi fácil, até mesmo pelo fato de muitos professores não terem aprendido isso na sua formação profissional, e até hoje utilizam métodos tradicionais e ultrapassados, avaliando apenas pelas respostas apresentadas pelos alunos em sala de aula, através de aspectos cognitivos parciais; nesse sentido, o moral e o social ficam à parte. Reduz-se, portanto, o ato avaliativo a dois aspectos somente, o que é muito pouco, comparado à complexidade da dimensão humana que a escola precisa considerar (HAYDT, 1995). Assim, a avaliação da aprendizagem ao longo de sua história passou a ser um processo temido pelo alunado, pela forma que se avaliava e pelas ameaças que a envolviam.

De acordo com Brito (2007, p.15) a concepção da avaliação da aprendizagem, a princípio, era "[...] uma aplicação de medida apenas ao final das etapas com o objetivo de medir, sem prévio diagnóstico, e que, infelizmente, continua arraigada na mentalidade da maioria dos professores de hoje".

É necessário que a sociedade de forma integral busque transformar o modelo de avaliação educacional autoritário, na formação de um cidadão crítico, que assimile os conteúdos e os use ao seu favor.

A avaliação hoje é vista como um processo contínuo e permanente que deve ser compartilhado por todos os profissionais que atuam na escola; é uma prática que deve envolver a observação dos alunos em todas as atividades educacionais, dentro e fora da sala de aula; é o registro das observações e análise dos produtos apresentados pelos alunos nas diversas tarefas escolares (HAYDT, 1995, p.53).

Hoje, quando se fala em avaliar, implica rever muitas coisas e, principalmente, refletir sobre o trabalho que o professor realiza, ou seja, a sua prática docente, pois só se pode fazer uma avaliação construtiva se as aulas forem construtivas, não se podem ter perspectivas de resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem se em todo o âmbito escolar não primar pela inovação de práticas de estudos e avaliações continuamente em todo percurso da vida escolar do educando.

O professor deve utilizar instrumentos avaliativos vinculados à necessidade de dinamizar, problematizar e refletir sobre ações educativas e avaliativas da instituição. Pode utilizar o método da auto-avaliação. Este instrumento de avaliação deve ser utilizado pelo educador que se preocupa em formar indivíduos críticos, sendo capazes de analisar suas próprias aptidões, atitudes, comportamentos, pontos favoráveis e desfavoráveis e ter êxitos na dimensão dos propósitos. Na sua utilização, os educandos começam a ter mais responsabilidade por suas próprias construções individuais. Propicia, portanto, condições para o aluno refletir sobre si mesmo e o que tem construído ao longo da vida.

Algumas formas de produzir uma avaliação complexa: **Portfólio**- é uma pasta portátil que contem a trajetória, a caminhada do aluno. Poderá conter textos, documentos, dúvidas, certezas, relações da própria vida ou até mesmo fatos que acontecem fora da escola. **Observação**- o educador deve observar os educandos diariamente para contatar quais apresentam dificuldades na aprendizagem e quais conseguiram produzir conhecimentos sobre determinados conteúdos.

A avaliação deve estar inserida dentro do projeto político pedagógico da escola e se faz necessário ter clareza do que se pretende avaliar, pois só assim se consegue saber qual a metodologia e quais recursos utilizar. Ou seja, devemos compreender que os instrumentos avaliativos devem variar, sendo que a seleção do instrumento depende do contexto vivenciado pelo professor, tendo em vista que os

alunos aprendem em ritmos diferentes, e do tipo de comportamento que se quer avaliar: cognitivo, afetivo ou psicomotor, pois um só instrumento não consegue avaliar todas as competências e habilidades que devem ser trabalhadas pela escola.

Para os PCNs, além da utilização de instrumentos diversificados, é fundamental a utilização de vários códigos para saber se houve a aprendizagem por parte dos alunos. Dentre eles podemos destacar os códigos verbal, oral, escrito, gráfico e pictórico.

Haydt (1995) apresenta três classificações de técnicas e instrumentos avaliativos. Mas, fica evidenciado que os instrumentos são os mesmos, o que diferencia é a forma de classificá-los. O mais importante é utilizar o instrumento correto, sabendo o que se vai avaliar e como os dados obtidos serão utilizados em benefício do processo educativo. Haydt (1995, p.59) ainda caracteriza que:

A seleção das técnicas e instrumentos de avaliação depende da natureza da área de estudo ou do comportamento curricular, dos objetivos visados (informações, habilidades, atitudes, aplicação de conhecimento, etc.), das condições de tempo do professor e do número de alunos. As técnicas e instrumentos selecionados para avaliar devem, também, estar adequados aos métodos e procedimentos usados no ensino.

Dessa maneira o professor tem que escolher muito bem o tipo de instrumento avaliativo que vai ser utilizado em sala de aula, ele deve planejar as avaliações de acordo com os conteúdos programados, para haver uma sintonia no processo avaliativo.

Percebe-se então que os instrumentos de avaliação são aplicados no momento em que se ensina. O professor cria situações de aprendizagem e, ao mesmo tempo, produz situações de avaliação. O mais importante nessa situação é que o aluno ciente que ele pode ser avaliado a qualquer momento, tornando isso um ato rotineiro. Quanto tipo, forma e frequência de avaliação são necessárias, tem em mente que cada escola possui uma forma própria, mas também é importante que ela esteja inserida na proposta pedagógica, de modo que se possa compreender o que e como avaliar.

Questionou-se aos professores para que serve a avaliação escolar. Segundo informaram os docentes, 08 destes sujeitos optaram pela alternativa em que “a avaliação serve para indicar qual o caminho a ser seguido no processo de ensino e aprendizagem”. Apenas 02 destes sujeitos optaram pela alternativa em que a

avaliação serve para traçar um perfil diagnóstico da turma. Entende-se por avaliação um mecanismo que acompanha desde a implantação do projeto, viabiliza a correção de rumos para atingir objetivos, além de ser uma atividade constante e polêmica em nossas vidas. Nessa mesma perspectiva, Scriven (apud HAYDT, 1995, p.12), considera a avaliação como:

[...] uma atividade metodológica que consiste na combinação de dados relativos ao desempenho, usando um conjunto ponderado de escalas de critérios que leve a classificações comparativas ou numéricas, e na justificação: a) dos instrumentos de coleta de dados; b) das ponderações; c) da seleção de critérios.

Para contribuir com os pensamentos, Schmitz (1993, p. 159) expõe que avaliação é “o processo de acompanhamento e julgamento sistemático de toda atividade”. Ressalta também, que a mesma se refere “especialmente a aprendizagem dos alunos. Aprendizagem de conteúdos, valores, atitudes, hábitos e habilidades”.

Os docentes foram questionados “quando a avaliação deve ser realizada”. Acerca disso, todos foram unânimes ao assinalarem a alternativa que expunha “durante todo o processo” é o ideal para realizar a avaliação. Diante disso, Hoffmann (2010, p. 67) alerta para uma possibilidade de ação avaliativa, como mediação, esse modelo por ela proposto contribuirá para a superação de quaisquer posicionamentos radicais que possam reforçar as relações de poder no ambiente escolar, já que “a confiança mútua entre educador e educando quanto às possibilidades de reorganização conjunta do saber pode transformar o ato avaliativo em um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento”.

Em seguida, indagou-se a estes docentes como eles fazem as avaliações de seus alunos. De maneira que 09 destes docentes nos informaram que fazem avaliações com seus alunos todos os dias e apenas um afirma ser semanalmente. É importante que a forma de avaliação seja escolhida de acordo com os objetivos que se deseje atingir, bem como é fundamental que se ofereça ao aluno oportunidades diversas de mostrar seu desempenho, evidentemente evitando fazer do processo de ensino um mecanismo de só aplicar instrumentos de avaliação. Quanto a isso, Libâneo (1994, p.195) acrescenta que:

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógicas- didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Esse tipo de organização escolar requer, além de profundas mudanças no modo de conceber a avaliação, uma prática pedagógica diferenciada no sentido de criar diferentes possibilidades para garantir o sucesso do aluno. Para Freire (1986, p.14), “a avaliação não deve ser apenas um instrumento de robotização da matéria ensinada e memorizada que, após avaliada cai no esquecimento e sim, um instrumento de conscientização e organização política do educando”. Por isso, a avaliação acontece por meio de atos, amadurecimentos e leitura de mundo que a gente vive.

Ao serem questionados quanto a auto avaliação, todos os docentes assinalaram que esta só é realizada quando o próprio solicita. Já no que diz respeito a auto reflexão da prática pedagógica, os 10 docentes pontuaram que fazem essa atividade de reflexão

O ato de avaliar é um fato frequente nas atividades humanas; está presente de maneira espontânea, ou expressando os parâmetros de alguma instituição. Esse ato está incorporado ao sistema educativo mundial, para ser mais preciso, ao sistema escolar mundial, pois faz parte do contexto dos administradores das escolas, professores, alunos e famílias.

Avaliação é inerente e imprescindível, durante todo processo educativo que se realize em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente (GADOTTI, 1984, p. 90).

Nos últimos anos, a avaliação assumiu grande importância nas políticas dos governos, devido ao crescimento das avaliações externas, como forma de medir a evolução educacional de um país, e, conseqüentemente, as escolas também passaram a trabalhar com um olhar voltado para essas avaliações externas.

Uma necessidade do contexto educacional é fazer com que nossa prática educativa seja desenvolvida, de maneira coerente, e que esteja comprometida com a promoção da transformação social e a formação de cidadãos conscientes. Para

alcançarmos esse objetivo, a avaliação não pode ser um ato mecânico, no qual o professor dá atividades, o aluno as realiza, sendo-lhe dado um conceito para transmitir a medição do conhecimento. A avaliação tem que ser um ato, no qual a reflexão seja inerente, contribuindo para a construção de competências técnicas e sócio-político-culturais. De acordo com Luckesi (2002, p. 28):

O processo avaliativo está relacionado ao contexto mundial educacional da época: (...) não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e, conseqüentemente de educação, que possa ser traduzido em prática pedagógica.

Assim, avaliação, para estar a serviço da qualidade educacional, deve entre outros, cumprir o seu papel de promoção do ensino, o qual irá guiar os passos do educador. Ela precisa possuir o caráter de contribuição para a formação do aluno e, não apenas, classificar e medir aprendizagens.

Ao final, questionou-se aos professores quais seriam os instrumentos de avaliação que melhor avaliariam seus alunos. Como resposta os mesmos afirmaram que

P1: a avaliação continua, ou seja, todos os dias observando.

P2: não existe nenhum instrumento específico, mais o conjunto de todos completa a avaliação, como a participação, observação, prova escrita, e outras;

P3: Atividades em sala de aula, individuais e em grupos, complementadas com provas escritas;

P4: por meio de atividades diárias;

P5: provas, atividades diárias, trabalhos produzidos por eles;

P6: A avaliação continua é a melhor forma de avaliar, assim como não se pode afirmar que exista um instrumento específico,

P7: As pesquisas e as atividades que os alunos desenvolvem diariamente em sala de aula;

P8: tudo que o aluno produz em sala de aula e fora dela também, serve como instrumento de avaliação;

P9: os instrumentos mais comuns são as provas mensais, mas procuro realizar atividades em sala de aula que me sirvam como fonte de avaliação;

P10: realizo semanalmente algumas atividades que são diferenciadas para verificar o nível de aprendizagem dos alunos e as pesquisas.

Com efeito, é possível afirmar que o professor deve utilizar instrumentos avaliativos vinculados à necessidade de dinamizar, problematizar e refletir sobre

ações educativas e avaliativas da instituição. Pode utilizar o método da auto avaliação. Este instrumento de avaliação deve ser utilizado pelo educador que se preocupa em formar indivíduos críticos, sendo capazes de analisar suas próprias aptidões, atitudes, comportamentos, pontos favoráveis e desfavoráveis e ter êxitos na dimensão dos propósitos. Na sua utilização, os educandos começam a ter mais responsabilidade por suas próprias construções individuais. Propicia, portanto, condições para o aluno refletir sobre si mesmo e o que tem construído ao longo da vida.

A avaliação deve estar inserida dentro do projeto político pedagógico da escola e se faz necessário ter clareza do que se pretende avaliar, pois só assim se consegue saber qual a metodologia e quais recursos utilizar. Ou seja, devemos compreender que os instrumentos avaliativos devem variar, sendo que a seleção do instrumento depende do contexto vivenciado pelo professor, tendo em vista que os alunos aprendem em ritmos diferentes, e do tipo de comportamento que se quer avaliar: cognitivo, afetivo ou psicomotor, pois um só instrumento não consegue avaliar todas as competências e habilidades que devem ser trabalhadas pela escola.

Haydt (1995) afirma que fica evidenciado que os instrumentos são os mesmos, o que diferencia é a forma de classificá-los. O mais importante é utilizar o instrumento correto, sabendo o que se vai avaliar e como os dados obtidos serão utilizados em benefício do processo educativo. Ainda caracteriza que:

A seleção das técnicas e instrumentos de avaliação depende da natureza da área de estudo ou do comportamento curricular, dos objetivos visados (informações, habilidades, atitudes, aplicação de conhecimento, etc.), das condições de tempo do professor e do número de alunos. As técnicas e instrumentos selecionados para avaliar devem, também, estar adequado aos métodos e procedimentos usados no ensino (HAYDT, 1995, p. 59).

Dessa maneira o professor necessita escolher muito bem o tipo de instrumento avaliativo que vai ser utilizado em sala de aula, ele deve planejar as avaliações de acordo com os conteúdos programados, para haver uma sintonia no processo avaliativo. Percebe-se então que os instrumentos de avaliação são aplicados no momento em que se ensina. O professor cria situações de aprendizagem e, ao mesmo tempo, produz situações de avaliação. O mais importante nessa situação é que o aluno ciente que ele pode ser avaliado a qualquer momento, tornando isso um ato rotineiro. Quanto tipo, forma e frequência de

avaliação são necessárias, ter em mente que cada escola possui uma forma própria, mas também é importante que ela esteja inserida na proposta pedagógica, de modo que se possa compreender o que e como avaliar.

4.2 Análise e discussão dos questionários: os alunos em foco

Aos alunos questionou-se a princípio que tipo de avaliação estes realizam na escola. Entre as opções dadas, 24 destes alunos informaram que realizam a avaliação como a prova escrita, discordando dos docentes que pontuaram que realizam pesquisas e trabalho e às vezes seminários.

Os instrumentos de avaliação desempenham um papel fundamental, por vezes com consequências fatais, determinando até mesmo a exclusão do aluno. A avaliação deve ser usada sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou excluir. Para Luckesi (2005) a avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar, equivocadamente, sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos, pois ela é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva. Com esta mesma postura Haydt (2008, p. 26) declara que “a avaliação deve ser um instrumento para estimular o interesse e motivar o aluno para maior esforço e aproveitamento, e não uma arma de tortura e punição”.

Em seguida questionou-se aos alunos se estes gostam das avaliações realizadas pelo seu professor. Todos os 24 alunos foram unânimes ao informar que sim. Diante dessas respostas, infere-se que a avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, e não etapa isolada. Ela não pode ser restrita apenas a aspectos quantitativos, onde o aluno é pontuado através de uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), deve estar presente em todas as suas dimensões. Segundo Libâneo (1999, p.195) “a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo ensino-aprendizagem”.

Questionou-se aos discentes quando ocorrem às avaliações realizadas pelo professor. Todos os dez participantes assinalaram a alternativa que expunha que as avaliações são realizadas mensalmente, o que contradiz a afirmação dos docentes ao afirmarem que avaliam seus educandos semanalmente.

Conforme Hoffmann (1993), ainda hoje inúmeras escolas, principalmente instituições de ensino fundamental, apresenta boletins e fichas de avaliação onde

aparecem comportamentos a serem alcançados pelos alunos subdivididos nessas áreas.

Os resultados devem ser verificados e avaliados ao longo da vida do aluno e não somente nas provas finais, ao verificar os avanços e detectar as dificuldades, o professor deve ser sábio e abrir caminhos para que o aluno saiba que rumo seguir, que atitude tomar através das alternativas expostas.

Ao serem questionados sobre o que é a auto avaliação e para que sirva, todos os alunos afirmaram que não sabem sobre tal palavra. Demonstrando com isso que esta prática ou técnica avaliativa ainda é pouco utilizada em sala de aula, contradizendo mais uma vez os docentes.

A partir desse dado é possível afirmar que a auto avaliação não é um instrumento de avaliação muito presente na prática dos professores ao relacionar ensino e aprendizagem, pois no momento que estes avaliam suas atividades e fazem uma análise sobre os resultados obtidos pelos discentes, se houve ou não êxito no rendimento escolar, eles estão se desenvolvendo e se aperfeiçoando cada vez mais.

Quando o educador discute com os estudantes os objetivos de uma atividade ou unidade de ensino, dá meios para que eles acompanhem o próprio desenvolvimento. As conclusões da auto avaliação podem servir tanto para suscitar ações individuais como para redefinir os rumos de um projeto para a classe como um todo. Esse processo pode ir além da análise do domínio de conteúdos e conceitos e mostrar como está a relação entre os colegas e com o professor.

Durante o processo de auto avaliação, é importante que todos possam expor sua análise, discutir com o professor e os colegas, relatar suas dificuldades e aquilo que não aprenderam. Além de ser mais um instrumento para melhorar o trabalho docente, a auto avaliação é uma maneira de promover a autonomia dos alunos. Para que isso realmente aconteça, o processo necessita ser democrático. Nessa perspectiva Haydt (2008, p.54) enfatiza que “para que uma avaliação possa desempenhar as funções que a educação moderna exige, faz-se necessário o uso combinado de várias técnicas e instrumentos de avaliação”.

Quando indagados se a professora pede que seus alunos se auto avalie, os discentes foram unânimes em informar que não. Isso implica afirmar que a auto avaliação não é uma prática comum nas salas de aulas e com isso, não é considerada uma técnica de avaliação. Se o objetivo é fazer com que todos

aprendam, uma das primeiras providências é sempre informar o que vai ser visto em aula e o porquê de estudar aquilo. Assim, fica melhor se envolver na aprendizagem. Luckesi afirma que (2005, p. 98), "enquanto é avaliado, o educando expõe sua capacidade de raciocinar". Essa é a razão pela qual todas as atividades avaliadas devem ser devolvidas aos autores com os respectivos comentários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados, é possível constatar que apesar de muito se discutir sobre a avaliação da aprendizagem, essa ainda se constituiu numa questão que aflige, mesmo que de maneira inconsciente, a maioria dos educadores, devido à avaliação estar intimamente ligada aos resultados do processo de ensino-aprendizagem.

A escola não é uma exceção, pois sempre que se fala do processo avaliativo, os professores se remetem imediatamente às notas registradas no diário e os alunos se preocupam com o fato de serem, ou não, aprovados, mas em nenhuma situação propõem soluções para desmistificar o processo ou mesmo para amenizar os prejuízos, o que ocorre é sempre uma procura por um culpado, por um responsável pelo fracasso no final do ano letivo.

Durante o aprofundamento teórico acerca do tema, foram muitas as constatações de equívocos cometidos na prática da avaliação da aprendizagem escolar, o que justifica o fato de que muitos educadores venham chamando a atenção para a necessidade de se refletir sobre mudanças. Porém, mudar é um processo trabalhoso e na maioria das vezes incomodo e, por isso, nem todos os educadores estão dispostos a promover essas mudanças.

Deste modo, o uso da avaliação tradicional está enraizado nas ações educativas, em particular no que diz respeito à escola em estudo, por se constituir um processo cômodo que favorece o controle da turma e a manutenção do “status” do professor como detentor do saber, como se de alguma forma o desenvolvimento da autonomia dos alunos pudesse retirar o seu cargo. Portanto, necessário se faz, que eles continuem com o controle da situação.

Por outro lado, a avaliação no contexto das novas propostas educacionais, requer dos professores, o desapego às velhas práticas e a abertura ao novo, posicionando-se como companheiro de seus alunos na busca pela aprendizagem, pela construção do saber, transformando a avaliação em um caminho a ser trilhado, ou melhor, a ser construído por ambos. Durante esta construção não existe quem ensina, nem tão pouco quem aprende. O que existe é uma troca de experiência onde ambos ensinam, ao passo que também aprendem.

Neste contexto, se faz necessário à compreensão de que a prática conservadora da avaliação da aprendizagem justifica e reproduz as desigualdades

sociais. Faz isso quando favorece uns em detrimento de outros, baseada em critérios duvidosos que incentivam o individualismo e a competitividade, desrespeitando a diversidade existente no interior de nossas escolas.

É necessário que a avaliação nas escolas seja repensada e refletida para que possa contribuir de alguma forma a todos que fazem a comunidade escolar e órgãos afins, e o próprio professor se coloque numa nova visão e postura de mediador ou facilitador da aprendizagem do aluno, em que os conteúdos tenham significado, ou seja, não só aprender por aprender, mas aprender para ser coerentes e conscientes no que se refere à avaliação educacional.

Portanto, não existem receitas nem modelos que sirvam para todas as instituições de ensino, no sentido de promover essa formação ampla do aluno, mas, talvez haja um alerta comum, pois educação é processo; avaliar esse processo é dever das instituições; ganhar espaços, gerar mudanças, promover melhorias deve fazer parte integrante da consciência do educador.

Nessa perspectiva, o educador deve preocupar-se em redefinir os rumos de sua ação pedagógica, redirecionando os caminhos da prática da avaliação que deve ser utilizada como meio de perceber os avanços, detectar as dificuldades e buscar ações adequadas para saná-las. Sendo, portanto, a essência da progressão individual.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, S. P. **Interação professor/aluno**. In: Fascículo III de Psicologia da aprendizagem. Cuiabá: EDUFMT, 2003.

COLLARES, C. A. L. **Ajudando a desmistificar o fracasso escolar**. Idéias. São Paulo: FDE, 1998.

DEPRESBITERIS, L. **O desafio da avaliação educacional, dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: EPU, 1999.

DUARTE, A. L. C. **Planejamento e avaliação educacional**. São Luís: UEMA – NEAD, 2006.

ESTEBAN, M. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Avaliação: Uma prática em busca de novos sentidos**, 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRIS, J. P. **A avaliação da aprendizagem e o processo ensino-aprendizagem**. Via on line. Disponível em: < <http://www.forumeducação.hpg.ig.com.br/textos/didat.> > Acesso em: 10 out 2013.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora. Uma prática em construção da pré-escola**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, **Lei nº 9.394/96**. Brasília: 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. Revista da ANDE, 1990.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso**. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Introdução**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília, 2001.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST. Paracambi, 2007

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1999.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica desafios e perspectivas. 2.ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico. 22.ed. ver. Ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, J. F. **Avaliar: O quê? Quem? Como? Quando?** In: Revista Nova Esco fundação Victor Civita, nº 138. Dezembro de 2003.

SOARES, Magda Becker. Avaliação educacional e clientela escolar. In: Introdução à Psicologia Escolar. 2.ed. São Paulo, 1991.

SOUSA, C. P. (Org.). **Avaliação do rendimento escolar**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2007.

ZACHARIAS, V. L. C. F. **Avaliação formativa de ensino-aprendizagem**. Via on line. Disponível em: < [http://www.centroreeducacional.pro.br/azaforma .htm](http://www.centroreeducacional.pro.br/azaforma.htm) > Acesso em:10 out 2013.

APÊNDICE



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO PEDAGOGIA

Rua Cícero Eduardo, s/n- bairro junco- 64.600-000-Picos - PI

Fone/fax: (89)3422-4207

QUESTIONARIO DE PESQUISA
PROFESSOR

Caro professor (a)

Solicito a gentileza de responder o presente questionário destinado à coleta de dados para o trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia da graduanda Edelmara Santos Oliveira com o tema “.Prática de Avaliação da Aprendizagem na Escola Pública da Rede Municipal de Picos-PI”

Agradeço a sua valiosa contribuição!

1. Dados Profissionais

1. Sexo:

() Masculino () Feminino

2. Formação:

() 2ª grau completo () Curso superior completo

() Curso superior incompleto () Pós- graduação

2. Questões da pesquisa

1. Qual o seu conceito sobre avaliação?

2. Quais os instrumentos técnicos utilizados por você para avaliar seus alunos?

(Pode assinalar mais de uma opção)

provas escritas

trabalhos em grupos

seminários

pesquisas

outros _____

3. Em sua opinião, para que serve a avaliação escolar? **(Assinale apenas uma das opções)**

(opções)

para avaliar a aprendizagem dos alunos

para indicar qual o caminho a ser seguido no processo de ensino aprendizagem

para traçar um perfil diagnóstico da turma

4. Em sua opinião, quando a avaliação deve ser realizada? **(Assinale apenas uma das opções)**

(das opções)

durante todo o processo de ensino

no início com a finalidade de diagnóstico

ao final da aplicação dos conteúdos a fim de verificar se houve, ou não, aprendizagem

5. Como você faz as avaliações de seus alunos? **(Assinale apenas uma das opções)**

(opções)

todos os dias

semanalmente

mensalmente

6. Os seus alunos participam do processo de avaliação da aprendizagem?

(Assinale apenas uma das opções)

não

sempre

só quando solicito a auto avaliação

7. Você avalia e/ou reflete sobre sua prática avaliativa? **(Assinale apenas uma das opções)**

() sim

() não

() as vezes

8. Em sua opinião, quais seriam os instrumentos de avaliação que melhor avaliariam seus alunos?



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO PEDAGOGIA

Rua Cícero Eduardo, s/n- bairro junco- 64.600-000-Picos - PI

Fone/fax: (89)3422-4207

QUESTIONARIO DE PESQUISA

ALUNO

1. Que tipo de avaliação você faz na escola?

- provas
 trabalhos
 pesquisas
 seminários
 outros_____

2. Vocês gostam das avaliações realizadas pelo seu professor?

- sim não

3. Quando ocorrem as avaliações realizadas pelo seu professor?

- todos os dias a partir de tudo que fazemos na sala de aula
 toda semana
 mensalmente

4- Você sabe o que é autoavaliação e para que serve

- sim
 não

5- A professora pede que voce se auto-avalie:

- sim não